



BORIS FAUSTO E A CRÍTICA À PERSPECTIVA DUALISTA

FABIANE COSTA OLIVEIRA*

A investigação em torno da produção histórica de Boris Fausto indicou que este historiador, quando da publicação de “A Revolução de 1930”, procurou se construir como importante crítico da visão dualista da sociedade brasileira, a qual afirmava a coexistência de dois setores: um representativo das forças do atraso (ligado ao meio rural) e outro das forças do moderno (vinculado ao espaço urbano). Entende-se que essa construção de crítico das teses dualistas realizada por Fausto foi assumida pelo campo acadêmico-científico sem que houvesse questionamentos acerca das origens dessa crítica.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a crítica às teses dualistas já estavam postas pelas Ciências Sociais antes mesmo de Boris Fausto se vincular ao Departamento de História da FFCL da USP para dar sequência a sua pesquisa de doutoramento. E, em razão disso, buscar-se-á aqui apresentar o modo pelo qual Fausto se apropriou desse debate e se apoiou nele para se construir como um nome respeitável entre os críticos das teses dualistas. Para tanto, iniciar-se-á pela demarcação da origem do debate crítico à teoria dualista a partir dos escritos de Paula Beiguelman. Com base nessa demarcação, apontar-se-á o modo pelo qual esse debate aparece, ainda que indiretamente, na obra weffortiana que emergirá como referência à construção reflexiva de Boris Fausto. Em seguida, por-se-á em discussão o modo pelo qual Fausto empreendeu sua construção como crítico das teses dualistas e, ao mesmo tempo, procurar-se-á por em evidência a recepção dessa construção faustiana pelos seus pares. Por fim, tratar-se-á da atualização realizada por Fausto em torno de alguns dos aspectos argumentativos presentes na obra “A Revolução de 1930”.

O mapeamento dos textos críticos à perspectiva dualista da sociedade brasileiro levou ao artigo de Paula Beiguelman, que será aqui concebido como inaugurador desse debate. Intitulado “A propósito de uma interpretação da História da República”, o texto dessa autora, conforme anunciado no segundo capítulo, foi publicado em 1966, na Revista *Civilização Brasileira*¹. Logo no primeiro parágrafo desse artigo, Paula Beiguelman (1966, p.

* Doutora em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora de História do Instituto Federal de Goiás.

¹ A segunda edição deste texto se deu em setembro de 1971, pelo Caderno da História, editado pelo Centro de



247) expõe como objetivo precípuo “fornecer subsídios para uma primeira discussão da obra de Nelson Werneck Sodré”. Pois, de acordo com essa cientista social, as análises empreendidas por esse autor sobre o primeiro período republicano brasileiro foram concebidas a partir da influência da teoria dualista. Essa influência justificaria um exame crítico de algumas hipóteses anunciadas por Werneck Sodré na medida em que, segundo Beiguelman, essa perspectiva dualista promoveria um olhar reducionista da realidade brasileira, fundado na ideia de um confronto político direto entre o setor industrial e o agrário.

Cabe sublinhar que, em razão da importância que a obra de Werneck Sodré assumia entre os partidários das esquerdas nos anos de 1960, especialmente aqueles ligados ao PCB, Paula Beiguelman se vê obrigada a esclarecer aos seus leitores o porquê da validade do exame crítico de sua obra. Em nota de rodapé, a autora afirma que:

A importância da contribuição de Nelson Werneck Sodré e principalmente a repercussão que ela encontra entre o público estudantil, tornam indispensável a abertura do debate teórico em torno do procedimento metodológico desse Autor. É certo que as diversas medidas de repressão à atividade intelectual do escritor poderiam produzir, numa reação de natural solidariedade a êle, a tendência a postergar manifestações críticas. Entretanto, o próprio respeito que lhe tributamos, leva-nos a crer que o Autor desaconselharia tal comportamento como prejudicial ao diálogo científico, que êle não apenas não evita como certamente aprova e preconiza. (BEIGUELMAN, 1966, p. 247).

Assim, a nota em questão evidencia os desafios enfrentados por essa autora ao ser uma das pioneiras no debate de revisão das interpretações até então consagradas sobre a Primeira República. De maneira a proceder a esta revisão, Paula Beiguelman (1966) dividiu seu texto em duas partes. Na primeira, ela propôs a discussão de pontos que considerou fundamentais à crítica da polaridade entre os setores urbano e rural, tais como: a emergência da economia de mercado interno no Brasil; a posição do setor urbano dentro da economia inclusiva; o problema financeiro no início da República; e, a política do café no primeiro período republicano. O exame meticuloso desses pontos teve por objetivo deslocar o debate antes centrado na oposição dos setores urbano e rural para a focalização das exigências do sistema econômico em crescimento do primeiro período republicano. Para Paula Beiguelman, as exigências impostas pelo sistema econômico anterior a 1930 elucidariam o sentido do processo de industrialização, bem como o processo político dessa fase da História do Brasil República.



Findada a primeira parte em que Paula Beiguelman buscou demarcar o seu lugar de fala no debate ora referido, o próximo passo dessa cientista social foi discutir o esquema interpretativo proposto por Nelson Werneck Sodré. Segundo Beiguelman (1966), o autor em questão buscou estabelecer em suas análises uma conexão entre a organização política da Primeira República e a presença dominante do latifúndio. Assim,

Como esquema geral, temos que a 1ª República é pensada em termos de um sistema de dominação do latifúndio, cuja dinâmica se configura em três fases principais: a da implantação, com a partilha provisória do poder com a classe média; a da consolidação, com o exclusivo controle do poder pelo latifúndio; a do declínio, quando a burguesia passa a disputar de forma mais vigorosa a participação do poder. (BEIGUELMAN, 1966, p. 256).

Em conformidade com esse esquema geral, Werneck Sodré defendia que o processo histórico que resultaria na Revolução de 1930 encontraria sua explicação na luta entre a burguesia e o setor agrário. “Nessa luta, ter[-se-ia] a seguinte disposição de forças: de um lado, a parte da alta burguesia vinculada ao setor exportador, em aliança com o latifúndio; de outro, a burguesia interessada no mercado interno, associada à classe média e ao proletariado” (BEIGUELMAN, 1966, p. 255). Todavia, Paula Beiguelman (1966) questiona essa explicação uma vez que, para ela, o interesse da indústria do pós-guerra estaria associado ao do setor agrário. Em suas palavras,

Construir, pois, tal antagonismo [entre os setores urbano e rural] – referido a uma época em que o interesse da nova indústria emergente ainda se associava num sentido profundo ao do setor agrário – apelando para o esquema de uma oposição básica entre a economia exportadora e a de mercado interno, significa apenas a projeção anacrônica de um conflito que, de fato, se estabelece só muito posteriormente. (BEIGUELMAN, 1966, p. 257).

Para Beiguelman (1966, p. 261), “até 1930, o crescimento da indústria, embora continuado, se opera num contexto em que o capital industrial se vê limitado por uma canalização altamente preferencial dos investimentos para o setor agrário”. E, em razão disso, é contundente ao afirmar que:

Não há, pois, como interpretar a agitação da década de 1920 ou a revolução de 1930 em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, ou, na expressão do Autor [Werneck Sodré], como uma luta entre burguesia e latifúndio. (BEIGUELMAN, 1966, p. 262).

Outro cientista social que se afastou da leitura dualista sobre a Primeira República proposta por Nelson Werneck Sodré foi Francisco Weffort. De acordo com esse cientista social, ao contrário de expor um conflito aberto entre os setores urbanos aptos à industrialização e os setores tradicionais, a Revolução de 1930 denunciou, em vários aspectos,



uma solução de compromisso entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes. Para ele,

[...] a natureza dêste compromisso est[eve] implícita na célebre frase de Antônio Carlos, chefe do governo do Estado de Minas, representante de um dos mais fortes setores agrários, e um dos chefes da revolução: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. Poder-se-ia dizer, com efeito, que em 30 certos setores agrários se anteciparam aos setores urbanos e definiram dêste modo os limites de ação dêstes últimos. (WEFFORT, 1966, p. 141).

E, embora a reflexão de Francisco Weffort sobre a Primeira República dê demonstrações de afastamento das hipóteses de Nelson Werneck Sodré para o mesmo período, não foi possível identificar em sua obra um exame crítico da perspectiva dualista própria aos trabalhos deste último. Sendo assim, apesar de não ser possível colocá-lo entre os cientistas sociais que empreenderam um exame crítico da obra sodreana, entende-se que ele não esteve alheio ao debate que levantou questionamentos em torno da validade explicativa das teorias dualista para a compreensão dos aspectos sócio-político-econômicos do primeiro período republicano brasileiro.

Esta afirmação encontra sustentação em uma das notas do artigo “Estado e massas no Brasil” (1966)², de Francisco Weffort. Nela o cientista social faz menção a um trabalho de Paula Beiguelman que se encontrava na época em desenvolvimento. O objeto de análise desta pesquisa de Beiguelman era a natureza das intervenções do Estado sobre a economia. Pesquisa que teria dado a esta cientista social subsídios ao exame crítico da obra de Werneck Sodré, realizado em seu artigo “A propósito de uma interpretação da História da República” (1966). Além disso, faz-se pertinente assinalar que Weffort, já em 1966, encontrava-se sob orientação de Paula Beiguelman no doutorado. Acredita-se que este vínculo, associado ao fato de ele ser professor na FFCL da USP desde 1961 e, portanto, colega de trabalho de sua orientadora, teria criado ambiente oportuno para inseri-lo no debate revisionista das teses até então consagradas sobre a Revolução de 1930, antes mesmo que Beiguelman publicasse os resultados de suas reflexões.

Mesmo Francisco Weffort não sendo uma referência de crítico da obra Werneck Sodré à semelhança de Paula Beiguelman, seu afastamento em relação às teses desse historiador interessa em razão da análise que se empreende, neste trabalho, da tese de

² Lembra-se que o artigo “Estado de massas no Brasil” de Francisco Weffort, embora tenha sido escrito em um primeiro momento no ano de 1964, só veio a ser publicado em 1965, na Revista Latinoamericana de Sociologia, vinculada ao Centro de Sociologia Comparada del Instituto Torcuato Di Tella. Tomada aqui como referência para a construção do debate conceitual que envolve o nome de Weffort, a versão em português deste texto foi publicada em 1966, na Revista Civilização Brasileira.



doutoramento de Boris Fausto. Ao se colocar como crítico das teses dualistas propugnadas por Werneck Sodré, Fausto, a princípio, não demonstra conhecer o texto de Paula Beiguelman (1966) que lhe antecede. Tal fato causa surpresa uma vez que essa cientista social teve seu texto publicado na então conhecida Revista Civilização Brasileira, que, na época, chegava a ultrapassar a marca dos 20.000 exemplares, atingindo, assim, todas as cidades brasileiras (PÉCAUT, 1990).

Mas, se ele silenciou-se quanto ao texto de Paula Beiguelman, o mesmo não ocorreu em relação à obra weffortiana. Com isso, em concordância com o que fora anunciado no segundo capítulo, parte-se do pressuposto que a crítica faustiana das teses dualistas foi elaborada em diálogo com Francisco Weffort, o qual, por sua vez, não se encontrava estranho aos debates propostos por Beiguelman mesmo não tendo por objetivo traçar um exame da obra sodreana. Para além de Weffort, outros autores forneceram argumentos fundamentais a Boris Fausto para a construção de sua crítica as teses dualistas em “1930: historiografia e história”. Foram eles: os brasileiros Octávio Ianni (citado no corpo do texto, mas não em suas referências), Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Caio Prado Junior; e, os brasilianistas Warren Dean, Werner Baer, Stanley Stein, Andrew Gunder Frank, Rodolfo Stavenhagen.

Contudo, quando se analisa a reflexão encaminhada por Boris Fausto sobre a Revolução de 1930, tendo por referência a tese em seu formato publicado, nota-se a incorporação de dois autores que não estavam contemplados no texto da tese original: Paula Beiguelman e Eduardo Kugelmas. Justamente autores que se propuseram nos anos de 1960 a revisarem as interpretações sobre a Primeira República realizadas sob a influência das teses dualistas. Interessante observar que, ainda que esses autores tenham antecedido às reflexões de Fausto, o diálogo com suas obras em “A Revolução de 1930” ficou restrito a notas de rodapé. Sendo que, ao referenciar o artigo de Paula Beiguelman (1966), Fausto destacou que coube a esta cientista social a primeira tentativa em propor um esquema explicativo da Primeira República em oposição ao modelo dualista, no qual se defende:

[...] inexistência de contradições antagônicas entre setor capitalista exportador e de mercado interno; impossibilidade de se reduzir uma instituição como o Exército às classes médias; necessidade de relativizar a noção de que o setor agrário exportador está associado ao imperialismo. (FAUSTO, 1989, p. 9-10).

Seguindo as proposições lançadas no segundo capítulo, infere-se que essas incorporações realizadas na versão da tese para publicação tenham se dado em razão de comentários encaminhados pela banca avaliadora do texto de Boris Fausto para



doutoramento. E que, embora essas incorporações sugiram o reconhecimento da pertinência da sugestão do examinador, em nada mudaram o encaminhamento de sua primeira reflexão. Ao contrário, o texto publicado segue com mínimas alterações quando comparado ao seu original. De posse dessa discussão, passa-se ao tratamento da forma pela qual Boris Fausto se construiu como crítico das teses dualistas em sua pesquisa de doutoramento.

Logo na introdução de sua tese, Fausto elucida que existem duas perspectivas analíticas sobre a Revolução de 1930 fundadas na caracterização desse episódio enquanto ascensão ao poder de uma classe social ou fração de classe. De um lado, têm-se as explicações de tipo meramente psicológico, nas quais defendem que “1930 seria o produto combinado da ‘teimosia de Washington Luiz, do despeito de Antonio Carlos, do caráter dúbio de Getúlio Vargas’” (FAUSTO, 1969, p. 1). Deste modo, as deformidades das instituições políticas passam a ser reduzidas à psicologia individual de cada um dos sujeitos envolvido no processo político que resultou na deposição de Washington Luiz.

E, de outro lado, Boris Fausto aponta duas linhas explicativas do episódio da Revolução de 1930 que se cristalizaram na historiografia brasileira entre os anos de 1950 e 1960: “uma, procurando sintetizar o episódio revolucionário em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial; outra, definindo 1930 como revolução das classes médias” (FAUSTO, 1969, p. 1-2). Findada a apresentação dessas perspectivas analíticas em torno do movimento revolucionário de 1930, o próximo passo de Fausto foi construir o seu trabalho como crítico dessas concepções, tendo como objetivo

[...] reinterpretar as linhas essenciais do episódio e discutir algumas questões relativas às relações entre classes sociais e os movimentos políticos da década de 1920, pelo prisma da crítica historiográfica, contando para isso com o subsídio de algumas análises mais recentes. (FAUSTO, 1969, p. 2).

Essa autoconstrução de Boris Fausto como revisor das interpretações até então consagradas sobre 1930 segue contemplada na introdução de seu texto em formato de livro. Já no primeiro parágrafo do texto de abertura de “A Revolução de 1930”, esse historiador adverte que: “[e]ste livro nasceu da intenção de contribuir – através da análise de um episódio significativo – para o esforço de revisão histórica da Primeira República, que procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente” (FAUSTO, 1989, p. 9). O modelo explicativo ao qual Fausto fazia referência era o da teoria do dualismo das sociedades dependentes latino-americanas. Esta teoria se fundamentava no princípio de que:

[...] na formação social do país existiria uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal associado ao imperialismo, e os



interesses voltados para o mercado interno, representado pela “burguesia”. As disputas da Primeira República explicam-se-iam, em última análise, por essa oposição, com as classes médias, identificadas com os movimentos militares, assumindo o papel de vanguarda das reivindicações burguesas. (FAUSTO, 1989, p. 9).

De acordo com Boris Fausto (1989), quando da publicação de “A Revolução de 1930”, a crítica do que era subjacente ao modelo dualista já se encontrava contemplada, ao menos em alguns aspectos, em trabalhos como os de Andrew Gunder Frank, Caio Prado Junior, Rodolfo Stavenhagen e outros autores. Todavia, ele entendia que a tomada do movimento revolucionário de 1930 como objeto de análise se revelava

[...] estratégico no sentido de fornecer elementos para demonstrar a inconsistência do modelo consagrado e para se propor outro tipo de explicação. Isto, por duas razões essenciais: 1º) Trata-se do episódio que põe fim à República Velha, e a oposição fundamental latifúndio-burguesia – se verdadeira – aí estaria presente, em toda sua extensão; 2) o tenentismo desempenha nele um papel importante e as insurreições tenentistas, mais do que qualquer outro movimento militar, têm sido reduzidas à ação política das classes médias. (FAUSTO, 1989, p. 10).

Com base no exposto, observa-se que a introdução do livro guarda um diferencial em relação a que fora apresentada em sua tese. Esse diferencial está no fato de que a introdução do livro tem o cuidado não só de construir a obra “A Revolução de 1930” como revisora das teses dualistas sobre a Primeira República, como também de integrá-la ao conjunto de obras que passam a pertencer a um novo esquema explicativo do primeiro período da história republicana brasileira. Nesse sentido, os marcos da trajetória historiográfica em torno das revisões históricas do modelo dualista se encontram melhor demarcados no livro do que na tese de doutoramento.

Ainda sobre a teoria dualista, cabe registrar que Boris Fausto identificou no pensamento de esquerda o nascedouro dessa perspectiva analítica. De acordo com este historiador,

No interior do pensamento de esquerda, tem raízes profundas, hoje bastante abaladas, a caracterização da sociedade brasileira supondo-se a existência de dois setores básicos: o pré-capitalista, localizado no campo, onde predominariam relações de produção de tipo feudal ou semifeudal, cuja expressão típica seria o latifúndio; o capitalismo e urbano, que teria dado origem à formação de uma burguesia industrial nos grandes centros.

Como se sabe, uma alma gêmea mais recente desta caracterização, despida das categorias de modo de produção e oposições de classe, mas que resulta no mesmo tipo de análise, é a teoria do dualismo das sociedades latino-americanas “em vias de desenvolvimento”, pela qual se procura apreender a estrutura básica destas sociedades através de uma polaridade, com sinais opostos. (FAUSTO, 1969, p. 4).

Entre os representantes desse pensamento de esquerda, Boris Fausto destaca Nelson Werneck Sodré, que, segundo ele, teria se tornado “o mais conhecido defensor das



teses dualistas, com conteúdo ‘paradialético’, como modelo explicativo da sociedade brasileira” (FAUSTO, 1969, p. 11). A crítica faustiana à obra sodreana recai, sobretudo, na leitura que esse historiador fez da Revolução de 1930 como sendo fruto do confronto latifúndio-burguesia. Contudo, o exame crítico de Boris Fausto não se restringiu a análise dualista sodreana do movimento revolucionário de 1930, sendo extensivo a todos os autores que, assim como Werneck Sodré, avaliavam 1930 como golpe da burguesia. Dentre esses autores, citam-se: Wanderley Guilherme, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado.

E, apesar de suas críticas alcançarem outros autores, o olhar retrospectivo de Boris Fausto apenas encontra a obra de Werneck Sodré. A análise das entrevistas concedidas por Fausto permitiu evidenciar que, ao ser indagado sobre a conjuntura de produ o de sua tese de doutoramento, a referência ao debate com Nelson Werneck Sodré se fez uma certeza. Nas palavras de Fausto,

Naquele momento havia a idéia de que a burguesia nacional tinha triunfado em 1930, concep o defendida principalmente por Nelson Werneck Sodré. Como disse um amigo meu   época, disparei contra ele uma metralhadora giratória; coisa de quem está começando. De qualquer modo, no Nelson Werneck Sodré é muito clara essa linha da burguesia nacional que vai construindo a história brasileira e o grande momento é 1930, o momento da chamada revolu o democrático-burguesa. (FAUSTO, 2000, p. 103).

Na ocasião em que Boris Fausto desenvolveu sua pesquisa sobre a Revolu o de 1930, portanto, em pleno regime de exce o, Nelson Werneck Sodré era um intelectual respeitado no campo de produ o historiográfica e, ao mesmo tempo, exercia forte influência entre os partidários das esquerdas no Brasil. Como já mencionado, a preocupa o de Paula Beiguelman (1966) em redigir uma nota que explicasse ao leitor a pertinência de se fazer um exame crítico da obra sodreana d  a dimensão do desafio que era, na década de 1960, confrontar os argumentos de Werneck Sodré. Na verdade, um desafio duplo posto que, além de se ter que construir argumentos que pusessem   prova as teses de Werneck Sodré, o examinador crítico da obra sodreana necessitava propor um novo esquema explicativo da experiência republicana brasileira, que tivesse sua validade reconhecida entre seus pares.

Assim, neste trabalho, entende-se que as representatividades política e historiográfica exercidas por esse intelectual nos anos de 1960, em parte, explicam o porquê de Boris Fausto construir no campo da memória a trajetória da escrita de “A Revolu o de 1930” em confronto exclusivo com as teses de Werneck Sodré, levando, assim, ao silenciamento os nomes dos demais autores por ele criticados. Ademais, essa constru o de crítico das teses de Werneck Sodré reforça o lugar que Boris Fausto almejava conquistar no



campo historiográfico, qual seja: o de pioneiro na revisão histórica da Primeira República assentada no modelo dualista. Lugar que é aceito e reafirmado pelos seus pares.

Atenta-se para o fato de que a representação de Boris Fausto como revisor das teses dualistas pelos seus pares não esteve dada apenas nos textos escritos sob o impacto da publicação de “A Revolução de 1930”, como foram os casos do artigo de Franco, Oliveira e Hime (1970) e da resenha de Cerqueira (1970), ambos já discutidos neste capítulo. Essa representação também está contemplada no texto de Angela de Castro Gomes, “História e historiografia de *A Revolução de 1930*”, publicado quase quarenta anos depois da primeira edição da obra que fez de Fausto um historiador conhecido dentro e fora do meio acadêmico. Ao fazer uma avaliação da importância da obra faustiana em questão, Angela de Castro Gomes assim se expressou:

[...] é bom remarcar que *A Revolução de 1930* se manteve como um clássico, não apenas por seu indiscutível papel pioneiro, mas principalmente pela força e permanência da interpretação que construiu sobre o evento que elegeu como objeto. O livro se debruça sobre a Primeira República, mais particularmente sobre a “crise dos anos 1920”, revisando teses muito compartilhadas que explicavam a revolução como o “resultado final” de um confronto estrutural entre forças políticas do campo e da cidade, ou melhor, entre forças que representavam “o atraso e o progresso”. Nesse sentido, sua contribuição foi determinante. (GOMES, 2008, p. 15).

Nessas poucas linhas, Angela de Castro Gomes (2008) acaba por contemplar a representação que Boris Fausto buscou construir, especialmente, na introdução de “A Revolução de 1930” a partir de três aspectos: o da afirmação de sua obra como pioneira na produção histórica; o de revisor das teses dualistas; e, o de propositor de um novo esquema interpretativo da Primeira República. E, se, por um lado, esta historiadora contempla a forma pela qual Fausto queria ser (re)conhecido entre seus pares, por outro, ela destaca aspectos na obra faustiana que o próprio autor não avalia como definidores de seu trabalho. Conforme Angela de Castro Gomes,

Ele [Boris Fausto] rejeitou essa leitura [dualista] do processo histórico do país, que deitava raízes no próprio momento do episódio e, com documentação rigorosa, como reza a tradição do ofício do historiador, ofereceu uma interpretação alternativa. Dessa forma, o pioneirismo do tema e seu recorte foram sustentados pela solidez da argumentação teórica e da pesquisa empírica, passando a alicerçar uma nova leitura do episódio revolucionário, que não mais abandonaria a produção de textos sobre o período republicano. (GOMES, 2008, p. 15-16).

Como anunciado anteriormente, Boris Fausto entende que sua pesquisa de doutorado careceu de um trabalho de fôlego com as fontes históricas, razão pela qual ele considera “A Revolução de 1930” um ensaio. Nesse sentido, para este historiador, a pesquisa empírica fica a desejar. Na contramão do olhar do próprio autor, Angela de Castro Gomes



valoriza a obra faustiana pelo seu árduo trabalho com documentação rigorosa e pela solidez de sua pesquisa empírica. Dessa forma, conclui-se que a obra “A Revolução de 1930” se tornou maior que o autor na medida em que ela suscita representações de si que não são partilhadas pelo olhar de quem a elaborou.

Mas, diante do exposto, fica uma pergunta: o que Boris Fausto concluiu sobre a Revolução de 1930? Primeiro, ele concluiu que não havia indícios que confirmassem a existência de vínculos entre a burguesia industrial, com destaque para a paulista, e a Revolução de 1930. No lugar da vinculação, ele afirmou que a burguesia industrial não teria se envolvido diretamente com a revolução nem antes, nem durante e nem depois do episódio da deposição de Washington Luís. Afirma ainda que

Não se pode negar a existência de disputas entre o setor agrário e o industrial das classes dominantes ao longo da Primeira República, nem a hábil construção ideológica efetuada pelos grupos agrários que produziram a imagem dos industriais como elementos parasitários, operando indústrias artificiais graças ao protecionismo, responsáveis pela alta do custo de vida, imagem enraizada profundamente nas classes médias daquela época. (FAUSTO, 1969, p. 47-48; 1989, p. 45).

[...]

Não obstante a existência de atritos, há entretanto uma complementaridade básica nos núcleos dominantes do país – São Paulo e Distrito Federal, em particular – entre os setores agrários e industriais, sob hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência. (FAUSTO, 1989, p. 46).

Uma segunda conclusão importante presente na obra “A Revolução de 1930” esteve relacionada à sua defesa de que o episódio de 1930 fora uma revolução, apesar de não se poder admiti-la como sendo uma revolução burguesa. Pois, de acordo com Boris Fausto (1969, p. 54; 1989, p. 50), a Revolução de 1930 “não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política”. E conclui afirmando que “isto não elimina certas conexões entre o processo de industrialização e o episódio revolucionário [...] pelos efeitos reflexos da ação do Estado [...]”. Para ele, embora se tenha mantido algumas linhas de continuidade, sobretudo no que diz respeito à atenção dada ao café, o período pós-1930 inaugurou transformações com desdobramentos importantes a curto, médio e longo prazo.

Quanto à aceitação da tese que define o movimento militar tenentista como representante das chamadas classes médias, Boris Fausto assumiu que tal relação não se fazia pertinente. Posto que

Como membros das Fôrças Armadas, os “tenentes” participam de uma categoria específica – parcela do aparelho do Estado – que não é diretamente determinada pelo



critério de classe, dependendo do funcionamento concreto dêste aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diversas classes e frações. [...]

As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma da efetiva organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como “potência governamental”. A aproximação entre a categoria social e a corrente deriva do fato de que um setor do movimento, detendo alguns postos na direção do Estado, propõe-se a realizar um programa de reformas pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena burguesia do tempo.

Do ponto de vista do episódio de 1930, esta incorrespondência não permite defini-lo como momento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo. (FAUSTO, 1969, p. 103-104; 1989, 81-82).

Por último, a análise da documentação consultada levou o historiador a defender que a Revolução de 1930 teria sido produto dos confrontos entre as oligarquias regionais, ao mesmo tempo em que teria posto fim à hegemonia política da cafeicultura. Nas palavras de Boris Fausto,

A Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil nos sistema capitalista internacional. Sem ser um produto mecânico da dependência externa, o episódio revolucionário expressa a necessidade de reajustar a estrutura do país, cujo funcionamento, voltado essencialmente para um único gênero de exportação, se torna cada vez mais precário.

A oposição ao predomínio da burguesia cafeeira não provém, entretanto, de um setor industrial, supostamente interessado em expandir o mercado interno. Pelo contrário, dadas as características da formação social do país, na sua metrópole interna há uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, temperada pelas limitadas fricções. Ao momento de reajuste do sistema, por isso mesmo, não corresponde o ascenso ao poder do setor industrial [...].

[...] A disputa, no interior das classes dominantes, tem a forma de um embate regional, mitigado pelos próprios limites da contestação. (FAUSTO, 1989, p. 112).

Assim, em substituição as linhas interpretativas até então consagradas na historiografia brasileira sobre 1930, que ora assumia a revolução em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial, ora em termos de ascensão das classes médias, Boris Fausto a definiu como sendo fruto das disputas políticas regionais. E sob essa perspectiva emergia um “novo modelo” de explicação do episódio de 1930. Modelo este que teve sua validade defendida por seu autor quase trinta anos após a primeira edição de “A Revolução de 1930”. E esta defesa deu-se no ano de 1997, no momento em que Boris Fausto escreveu o prefácio à 16ª edição da obra “A Revolução de 1930”, realizada pela Companhia das Letras.

A escrita desse prefácio foi provocada pelas críticas que a obra faustiana em questão veio recebendo do campo científico ao longo das últimas décadas. Isto é tão marcante no prefácio que, logo em seu segundo parágrafo, Boris Fausto declara ter considerado a ocasião oportuna para escrever algumas linhas em torno de um tema básico, qual seja: “o da validade ou não das teses sustentadas pelo texto, no confronto com as críticas que lhes foram



feitas e com o avanço das pesquisas no correr do tempo” (FAUSTO, 1997, p. 11). E, não obstante a legitimidade de algumas críticas endereçadas à sua obra, Fausto (1997, p. 12) acredita que o seu argumento de que “a Revolução de 1930 não fora desfechada para promover os interesses da burguesia industrial” continua se sustentando mesmo diante dos retoques sofridos pelos trabalhos subsequentes.

Dentro do quadro desses trabalhos subsequentes, Boris Fausto cita a tese de doutoramento de Maria Antonieta Leopoldi, “Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil” (1982), que encaminhou uma crítica ao fato de sua argumentação ter se apoiado no comportamento da cúpula dos industriais paulistas, não estendendo sua análise a outras regiões, como o Rio de Janeiro. Fausto assumiu essa crítica na medida em que Leopoldi “demonstrou fartamente que os empresários do Rio de Janeiro, organizados no Centro Industrial do Brasil, tiveram atitude semelhante à dos de São Paulo, no tocante ao episódio de outubro de 1930” (FAUSTO, 1997, p. 12-13). Outros dois trabalhos mencionados por Fausto pela pertinência das críticas endereçadas à sua argumentação sobre o Partido Democrático de São Paulo (PD) foram: Joseph Love, “A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937” (1982), e Maurício Font, “Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil” (1990).

Segundo Boris Fausto (1997), Love teria apontado uma lacuna em seu trabalho surgida do fato de ele não ter discutido a posição antiindustrialista dos democráticos paulistas sob o ângulo geracional. Lacuna que fora admitida por este historiador em razão de Love ter demonstrado que

[...] as lideranças do PD eram, em regra, mais jovens que as do Partido Republicano Paulista (PRP), extraindo dessa constatação a observação de que, chegando à maturidade depois de 1910, o líder típico do PD perdera o *boom* inicial do café, a primeira expansão industrial, assim como a oportunidade de investir em ferrovias (FAUSTO, 1997, p. 14).

E, se Joseph Love apontou como lacuna a ausência do debate geracional no PD, Maurício Font tomou outro rumo ao concluir que, apesar de Boris Fausto ter vislumbrado a interpretação adequada sobre o PD, ele não teria chegado a formulá-la. Posto que, para Font,

[...] o PD não teria nada de inovador, sendo, pelo contrário, a expressão de uma aliança entre o velho setor cafeeiro e a classe média tradicional, com uma postura antiimigratória; o PRP, por sua vez, representaria uma aliança entre a burocracia estatal (no caso, estadual) e os novos setores sociais de imigrantes em ascensão, entre os quais se encontrava a maioria dos industriais. (FAUSTO, 1997, p. 14)



Por fim, Boris Fausto dá destaque ao trabalho de Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Vargas: o capitalismo em construção” (1987), em razão de este trazer à discussão “algumas características da elite que controlava o Partido Republicano Riograndense (PRR), compatíveis com a percepção e o manejo da conjuntura vigente no país a partir dos anos 30” (FAUSTO, 1997, p. 14). O destaque dado por Fausto a este trabalho justifica-se menos por uma possível crítica encaminhada à sua obra e mais pela contribuição dada por Fonseca quando “referindo-se à chamada geração de 1907, da qual Getúlio fazia parte, demonstrou suas inclinações ideológicas pelo intervencionismo estatal acompanhado do controle do capital estrangeiro, bem como sua descrença na democracia liberal” (FAUSTO, 1997, p. 14-15).

Expostas essas críticas e contribuições historiográficas ao tema da Revolução de 1930, importa ressaltar que Boris Fausto, a todo instante, associa os limites evidenciados em sua argumentação com o estágio em que se encontravam os estudos sobre a Primeira República à época de sua pesquisa. Dessa forma, embora esse historiador diga estar de acordo com os argumentos expostos pelos autores ora mencionados, ele acaba por sugerir em seu prefácio de 1997 que os limites que se encontravam dados em sua obra teriam sido ocasionados mais por uma historiografia do tema ainda incipiente e menos por seu trabalho enquanto historiador. Nesse sentido, acredita-se que Boris Fausto compartilha com a literatura especializada a responsabilidade dos limites próprios a sua argumentação, identificados pelos estudos que o sucederam.

Quanto ao seu argumento que recusa a Revolução de 1930 em termos de ascensão ao poder das classes médias, Boris Fausto não aceita as críticas apresentadas por Edgar De Decca, em “O silêncio dos vencidos” (1982)³. Nas palavras de Fausto (1997, p. 17), De Decca teria se equivocado ao defender que “os últimos anos da década de 20 teriam sido marcados por uma conjuntura revolucionária cuja expressão mais visível e ao menos contraditória seria o Bloco Operário e Camponês (BOC), frente legal do PCB”. Pois, para Fausto (1997, p. 17),

No Brasil da década de 20 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante. Quanto ao BOC, foi uma organização minúscula que interessa apenas à história da esquerda.

³ Em 1988, Boris Fausto realizou um debate sobre a interpretação presente em Edgar de Decca em artigo publicado na revista *Novos Estudos CEBRAP*, com o título “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão”.



Essa recusa à argumentação de Edgar De Decca também aparece em entrevista concedida por Boris Fausto mais de uma década após a escrita de seu prefácio à 16ª edição de “A Revolução de 1930”. Ao ser arguido sobre o que pensava da crítica que De Decca endereçara a sua obra, respondeu que:

[...] Alguns livros meus foram longamente debatidos, houve críticas grandes, e muitas delas eu aceitei. [...] Agora, o livro de De Decca ... Eu não sei o que o De Decca pensa hoje. Eu não tenho a menor ideia. [...] Aquilo é o fruto de um ultraesquerdismo desvairado. Aquilo vai contra os fatos, aquilo vai contra a realidade. (FAUSTO, 2010, p. 21).

Diferentemente da contestação a crítica de Edgar De Decca que se observou em Boris Fausto, têm-se a aceitação por parte deste historiador da revisão proposta por Eduardo Kugelmans, em “Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República” (1988), e por Winston Fritsch, em “Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República” (1985), acerca de sua “tese aparentemente incontestável do Estado como expressão dos interesses agrários e sobretudo da burguesia do café” (FAUSTO, 1997, p 18). Na avaliação de Fausto, Kugelmans estaria correto ao “acentuar as dificuldades de a elite paulista construir um poder hegemônico”, bem como Fritsch ao argumentar que “a opção dos sucessivos governos republicanos no sentido de manter baixa a taxa de câmbio não se devia ao objetivo de favorecer o setor cafeeiro estimulando as exportações, como se tem pensado a partir das análises de Celso Furtado” (FAUSTO, 1997, p. 18). Ainda sobre Fritsch, este pondera que

[...] a queda secular do mil-réis é totalmente explicada pelos colapsos cambiais do início da última década do século XIX e início do XX, que foram consequência de diversos choques externos cujos efeitos sobre o valor do mil-réis o governo não conseguiu evitar. (FAUSTO, 1997, p. 18).

A partir dessas considerações, Boris Fausto vê-se diante da necessária matização de seu argumento que outrora defendera a existência de uma hegemonia política e econômica da burguesia cafeeira nos tempos da Primeira República. Essa necessária matização levou esse historiador a também incorporar a tese de Amílcar Martins Filho, “The White Collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, Brazil, 1889-1930” (1986), na qual sustenta que a elite mineira “não representava interesses de classe, sendo na realidade a expressão de si mesma, controlando o acesso aos cargos públicos e manipulando os diferentes e frágeis setores econômicos em proveito próprio” (FAUSTO, 1997, p. 19).

Assim, pautado pelas análises empreendidas por Kugelmans, por Fritsch e por Martins Filho, Boris Fausto admite em seu prefácio que o entendimento do que foi a Primeira



República passa pela problematização das relações entre economia e política⁴. Conforme palavras desse historiador, para proceder a essa problematização faz-se necessário “lembrar que não se podem pensar quarenta anos da história brasileira [...] como pertencentes a um ‘tempo imóvel’, ainda que, no confronto com o que veio a ocorrer após 1930, seja possível ter-se essa impressão” (FAUSTO, 1997, p. 20). Afinal,

O quadro que caracterizou os primeiros anos da República foi bem diverso daquele dos últimos anos da década de 20. Simplificando, podemos afirmar que a coincidência entre o pólo dinâmico da economia e o controle do poder político é uma constatação válida apenas para os primeiros anos do regime republicano. Nessa primeira fase, a fraqueza do PRR gaúcho, às voltas com um grave conflito regional, e as dificuldades do Partido Republicano Mineiro (PRM), até 1898, em estancar as dissidências, permitiram que o PRP desse as cartas, garantindo a afirmação de um modelo federativo que constituía uma opção doutrinária e ao mesmo tempo atendia aos interesses econômicos do setor agroexportador de São Paulo. A seqüência de presidências paulistas constituiu a expressão mais evidente da harmonização entre classe dominante e elite política.

Ao longo dos anos, por razões principalmente políticas, esse quadro foi se alterando. Resolvidas as dissensões internas, a elite política mineira, através do PRM, ganhou projeção no cenário nacional, com uma instrumentação da política diversa da realizada pelos paulistas. [...] Por sua parte, após ter se imposto no Rio Grande do Sul, o PRR rompeu seu isolamento a partir de 1910 e passou a participar ativamente da política nacional. (FAUSTO, 1997, p. 20-21).

Mediante o exposto, em seu prefácio, Boris Fausto passa a admitir que, no decurso da década de 1920, os paulistas se viram cada vez mais forçados a partilhar o controle da política federal com mineiros e gaúchos. Com isso, “fica mais fácil entender como um lance político desastroso – a insistência de Washington Luís na questão da escolha de seu sucessor – abriu caminho para a formação da Aliança Liberal e para a irrupção de um movimento revolucionário em outubro de 1930” (FAUSTO, 1997, p. 22).

A última crítica à obra faustiana tratada no prefácio de 1997 pelo autor de “A Revolução de 1930” esteve relacionada ao uso da expressão “Estado de compromisso”, de Francisco Weffort, para definir o Estado brasileiro no pós-1930. Boris Fausto adotou essa noção weffortiana quando de sua análise no período posterior ao episódio de 1930 por entender, assim como Francisco Weffort, que a ascensão de Getúlio Vargas ao poder se deu em

[...] uma conjuntura em que nenhum setor de classe tinha condições de construir sua hegemonia, dada a crise da burguesia cafeeira, a fraqueza dos demais setores agrários e a dependência das classes médias diante dos interesses tradicionais. (FAUSTO, 1997, p. 23).

⁴ Para o aprofundamento dessa discussão que traz como central a revisão que Boris Fausto realiza sobre alguns de seus argumentos presentes em “A Revolução de 1930”, consultar seu texto “Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República”, publicada na revista *Novos Estudos CEBRAP*.



Para Boris Fausto, a crítica mais significativa ao conceito weffortiano de Estado de compromisso foi formulada por Sônia Draibe, em “Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil” (1985).

Draibe sustenta que a noção de compromisso supõe implicitamente certo equilíbrio ou “empate social” entre setores agrários e industriais, e tende ainda a ser utilizada como sinônimo de aliança política, introduzindo dilemas para a compreensão de um período marcado pela instabilidade das coalizões políticas. (FAUSTO, 1997, p. 24).

No prefácio à 16ª edição da obra “A Revolução de 1930”, Boris Fausto admite reconhecer que a crítica de Draibe possui o mérito de sugerir uma leitura sobre o período conhecido como Era Vargas menos linear do que aquela realizada por Francisco Weffort. Até porque

Seria equivocado [...] imaginar a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato pós-30. Pelo contrário, o Governo Provisório teve de tatear em muitas medidas. Teve de enfrentar o descontentamento de velhos amigos pertencentes às oligarquias regionais, teve de enfrentar revoltas dos quadros inferiores, pressões tenentistas no âmbito das Forças Armadas e, sobretudo, a “guerra paulista”, desfechada em 1932. (FAUSTO, 1997, p. 22).

E, se, por um lado, Boris Fausto assume a validade de alguns aspectos da crítica de Draibe, por outro, ele recusa o argumento dessa autora que se baseia na ideia de que Weffort teria associado a noção de compromisso ao pressuposto de estabilidade das alianças políticas. Associação que não seria possível de se realizar na medida em que Fausto reconhece que, para Weffort,

[...] o Estado de compromisso é, antes de tudo, “um Estado em crise que se forma e se reforma na busca de respostas à nova situação criada pela crise da economia agrária, pela crise local (e mundial) das instituições liberais, pelos esforços de industrialização autônoma de uma sociedade tradicionalmente agrária e dependente, pela dependência social dos setores médios e pela crescente pressão popular”. (WEFFORT, 1968 apud FAUSTO, 1997, p. 24).

Isto posto, infere-se que Boris Fausto, ao escrever o prefácio à edição de 1997 da obra “A Revolução de 1930”, teve por objetivo proceder a atualização de alguns de seus pressupostos a propósito da Primeira República e dos primeiros anos do governo Vargas, lançados à época da escrita de sua tese de doutoramento. Entende-se que essa atualização fez-se possível mediante o diálogo que esse historiador se propôs a traçar com os estudos que surgiram após a primeira publicação de “A Revolução de 1930”. A partir desse diálogo, Fausto não só buscou validar muitas das críticas endereçadas à sua argumentação, como também se utilizou delas para proceder a uma revisão de suas hipóteses mais vulneráveis historiograficamente. E, com isso, esse historiador acabou por renovar o potencial explicativo sobre a Primeira República presente em “A Revolução de 1930”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEIGUELMAN, Paula. A propósito de uma interpretação da História da República. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n°. 9/10, p. 247-263, set./nov. 1966.
- FAUSTO, Boris. *1930: historiografia e história*. 1969. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- _____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970. Resenha de: CERQUEIRA, Eli Diniz. A revolução de 1930: historiografia e história. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p.196-198, 1970.
- _____. *Boris Fausto*. [ago. 2010]. Entrevistadores: Paulo Fontes e Ludmila Ribeiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. [Roteiro de edição]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/borisfausto#Roteiro>>. Acesso em: 13 out. 2013.
- _____. Boris Fausto. [mar. 2000]. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 94-117
- _____. Prefácio à edição de 1997. In: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANCO, Celina do Amaral Peixoto M.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; HIME, Maria Aparecida Alves. O contexto político da Revolução de Trinta. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p.118-136, 1970.
- GOMES, Angela de Castro (Org.). *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- WEFFORT, Francisco. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-158, maio/1966.